



unifaema

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA

THAISLÂINE MARQUES DA SILVA

**ABORTO: DIREITO REPRODUTIVO E AUTONOMIA DA MULHER SOBRE A
PERSPECTIVA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NUM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA
LEGAL**

**ARIQUEMES - RO
2022**

THAISLÂINE MARQUES DA SILVA

**ABORTO: DIREITO REPRODUTIVO E AUTONOMIA DA MULHER SOBRE A
PERSPECTIVA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NUM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA
LEGAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Enfermagem do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Enfermagem.

Orientador (a): Profa. Ma. Jessica de Sousa Vale.

**ARIQUEMES - RO
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586a Silva, Thaislaine Marques da.

Aborto: direito reprodutivo e autonomia da mulher sobre a perspectiva da equipe de enfermagem num município da Amazônia Legal. / Thaislaine Marques da Silva. Ariquemes, RO: Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, 2022.

50 f. ; il.

Orientador: Prof. Ms. Jessica de Sousa Vale.

Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Enfermagem – Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, Ariquemes/RO, 2022.

1. Saúde Pública. 2. Saúde da Mulher. 3. Saúde Reprodutiva. 4. Direito ao Aborto. 5. Amazônia Legal. I. Título. II. Vale, Jessica de Sousa.

CDD 610.73

Bibliotecária Responsável
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro
CRB 1114/11

THAISLÂINE MARQUES DA SILVA

**ABORTO: DIREITO REPRODUTIVO E AUTONOMIA DA MULHER SOBRE A
PERSPECTIVA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NUM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA
LEGAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Enfermagem do Centro
Universitário FAEMA – UNIFAEMA como pré-
requisito para obtenção do título de bacharel
em Enfermagem

Orientador (a): Prof. Ma. Jessica de Sousa
Vale.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Jessica de Sousa Vale
Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA

Profa. Ma. Evelin Samuelsson
Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA

Profa. Esp. Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA

**ARIQUEMES – RO
2022**

Dedico este trabalho a minha mãe Alcineide, ao meu irmão Tiago e ao meu sobrinho Miguel, por serem meu maior apoio durante essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha mãe Alcineide por ser a pessoa que mais me levantou durante esses cinco anos, ao meu irmão Tiago e meu sobrinho Miguel por serem pessoas que sempre estão ao meu lado torcendo por mim e que acreditam nessa pessoa que me tornei.

Minha profunda e sincera gratidão pelos meus professores que me auxiliaram e me incentivaram a pesquisa científica durante o curso de Enfermagem (Vera, Rafael, Kátia, Jaqueline e Sônia), principalmente a minha orientadora Professora Jéssica Sousa Vale que sempre me incentivou a buscar e me esforçar mais nessa criação.

“O melhor de mim é aquilo que eu não sei, isso significa que aquilo que eu não conheço é a minha melhor parte, porque aquilo que eu já sei é mera repetição. Aquilo que eu não sei é o que me faz crescer, o conhecimento é algo que reinventa, que recria, que renova”.

Mário Sérgio Cortella.

RESUMO

O aborto é definido como uma casuística na saúde pública brasileira onde se torna cofator principal das mortes maternas de jovens e mulheres em idade de período fértil, os inúmeros episódios ocorridos podem ser quantificados em dados com uma crescente absurda. A contextualização deste assunto é deveras de uma magnitude bem delicada gerando controvérsias no campo da saúde reprodutiva. O objetivo desta pesquisa foi identificar a percepção da equipe da enfermagem sobre o aborto frente ao direito reprodutivo da mulher. Trata-se de um estudo desenvolvido através de uma pesquisa de campo tendo como método o levantamento de *survey* e abordagem qualiquantitativa, realizada com profissionais de enfermagem num município da região do Vale do Jamari em Rondônia. Também foram utilizadas literaturas em base de dados científicos como SciELO e BVS. Participaram do estudo 12 profissionais que compõem a equipe de enfermagem de uma unidade obstétrica, onde foi possível detectar uma certa escassez sobre o acolhimento e assistência prestada à mulher em processo de aborto, bem como aspectos relacionados ao direito reprodutivo, evidenciando a necessidade de capacitações aos profissionais da instituição.

Palavras-chave: Saúde pública; Saúde da mulher; Saúde reprodutiva;

ABSTRACT

Abortion is defined as a casuistry in Brazilian public health where it becomes the main cofactor of maternal deaths of young people and women of childbearing age, the curious episodes that have occurred can be quantified in data with an absurd crescent. The contextualization of this subject must be of a very delicate magnitude, generating controversies in the field of reproductive health. The objective of this research was to identify the nursing team's perception of abortion in relation to women's reproductive rights. This is a study developed through field research using a survey method and a qualitative and quantitative approach, carried out with nursing professionals in a municipality in the region of Vale do Jamari in Rondônia. Literature from scientific databases such as SciELO and VHL were also used. The study included 12 professionals who make up the nursing team of an obstetric unit, where it was possible to detect a certain lack of care and assistance provided to women in the process of abortion, as well as aspects related to reproductive rights, highlighting the need for training to institution professionals.

Keywords: Public health; Women's health; Reproductive health;

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA | 12 |
| 1.2 OBJETIVOS | 12 |
| 1.2.1 Geral | 12 |
| 1.2.2 Específicos | 12 |
| 1.2.3 Hipótese | 12 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA | 13 |
| 2.1 A FIGURA DA MULHER | 13 |
| 2.2 ABORTO: A TOMADA DE DECISÃO DA MULHER | 14 |
| 2.3 A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO A MULHER | 16 |
| 2.4 LEGISLAÇÃO: COMO ATUA? | 17 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 21 |
| 3.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS | 21 |
| 3.1.1 Tipo de pesquisa | 21 |
| 3.1.2 Da coleta e análise de dados | 21 |
| 3.1.3 População | 22 |
| 3.1.4 Critérios de inclusão | 22 |
| 3.1.5 Critérios de exclusão | 22 |
| 3.1.6 Objeto de estudo | 22 |
| 3.1.7 Descritores em saúde | 23 |
| 3.1.8 Garantias éticas | 23 |
| 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA | 24 |
| 4.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS | 25 |
| 4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS | 26 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 36 |
| REFERÊNCIAS | 37 |
| APÊNDICE I - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | 45 |
| ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP | 47 |
| ANEXO II - RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO | 50 |

1 INTRODUÇÃO

O aborto é definido como uma casuística na saúde pública brasileira onde se torna cofator principal das mortes maternas de jovens e mulheres em idade de período fértil, os inúmeros episódios ocorridos podem ser quantificados em dados com uma crescente absurda. A contextualização deste assunto é deveras de uma magnitude bem delicada gerando controvérsias no campo da saúde reprodutiva (SANTOS JÚNIOR, 2021).

Dentro da conjuntura do direito reprodutivo está o enquadramento da oclusão da autonomia da mulher, mesmo obtendo-se o apoio parcial em aderir a prática do aborto legal ainda se recorre uma vasta distância da valorização da saúde da mulher e da predominância dos seus direitos básicos de ser humano, pois a denominação feminina foi melindrada e destinada a submissão (RUIBAL, 2020).

Durand et. al (2021) frisam que a autonomia da mulher através dos tempos sempre esteve interligada a estratificação do poder entre os sexos, tendo a auto intitulação e valor da moral através da posição de submissão e dependência do próprio cônjuge, sintetizando a hierarquia do patriarcado dentro do tradicionalismo do conceito familiar.

Entretanto a natureza do sujeito feminino está sendo sempre revogada pelas metodologias da psicanálise como uma histeria momentânea e devastadora emparelhada com a natureza do teor masculino que poderia suceder ao fracionamento dos valores morais do conceito família. Além de vislumbrar a cultura egocêntrica da dominação masculina sendo encrustada desde a infância até a velhice (BRAGA; ASSIS MIRANDA, VERÍSSIMO, 2018).

Imprescindivelmente a estereotipagem do molde do ser feminino é presente ainda nos dias atuais sendo transparecido no prejulgamento de uma sociedade patriarcal diante das opções oferecidas ao perfil “mulher”. Todo esse processo que interliga gerações implica em todos os aspectos da identidade feminina na atualidade, transformando a autodeterminação sexual em um crime (AMARAL FILHO; BASTOS; FRAVOLINI, 2022).

A problemática deste tema torna-se uma vertente para a comunidade científica e sociedade em si, com o enfoque de ter a elucidação do papel do profissional da Enfermagem na humanização dos cuidados da saúde da mulher,

desmistificando as condutas morais e religiosas que são contraditórias, refletindo ao juramento na formação do caráter do profissional (PORTELA; FAGUNDES, 2021).

1.1 JUSTIFICATIVA

A pesquisa tem por justificativa demonstrar a complexidade da coação do profissional diante a ausência de políticas públicas para a saúde da mulher diante sua escolha, visando as problemáticas existentes que podem ser sintetizadas quando é possível impor a opinião da figura feminina.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Identificar a percepção da equipe da enfermagem sobre o aborto frente ao direito reprodutivo da mulher num município da Amazônia legal.

1.2.2 Específicos

- Caracterizar o direito reprodutivo da mulher;
- Apresentar políticas públicas de atenção à saúde da mulher;
- Elucidar a atuação do profissional enfermeiro no cuidado a saúde da mulher em processo de aborto;

1.2.3 Hipótese

Atualmente a equipe de enfermagem é interposta diante de cenários estratificados nos quais sua ética e moral são severamente questionadas, e como sua principal característica é a ciência do cuidado, onde traz perspectivas diferentes na visão do profissional de enfermagem diante o acolhimento da mulher e seus direitos, questionando a posição do profissional perante a ausência de políticas públicas voltadas à saúde da mulher.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A FIGURA DA MULHER

A figura materna por muitas vezes foi e é vista como uma imagem relacionada ao lar, filhos, marido e fazeres de casa, sendo o papel primordial da mulher comoposto por designação de tarefas. As inúmeras mortes de mulheres na idade média como cientistas, farmacêuticas e alquimistas demonstrou que o perfil feminino nunca poderia ser igual ao masculino (ROCHA, 2020).

O desejo feminino era considerado um pecado, sendo introjetado pela própria igreja na época junto as evidências que eram demonstradas em praças públicas com atos de queimar mulheres, apedrejamentos, e perseguições para com aquelas que apresentassem indícios de rebeldia contra os preceitos estabelecidos do perfil feminino, sendo automaticamente marginalizada (MENDONÇA JUNIOR, 2021).

A lógica patriarcal enquadrava qualquer sujeito feminino com o caráter de histeria, futilidade, submissão e fraqueza, no alcance do patamar masculino inúmeras mulheres optavam o vestuário masculino para se sobreporem em debates, guerrilhas e trabalhos na qual a mesma era mantenedora da própria família. O papel de mãe sempre foi trajado desde a infância para menina, com o amadurecimento precoce, a estratificação na escola, e dependência prepotente ao sexo masculino (FOCHI; ZIRBEL, 2020).

Frisando a contextualização do subjetivo da natureza feminina que acarretava incógnitas da sobreposição do seio familiar acima de todos os dogmas estabelecidos, dissolvendo uma hierarquização no mercado de trabalho juntamente ao capitalismo que sintetizou condições desvantajosas a mulher perante suas ambições que eram mascaradas pelo cargo designado de “dona do lar”. (FERREIRA, 2020).

Somente na década de 70 é vislumbrado a inserção de direitos das mulheres e o início da luta do seu espaço na sociedade nas políticas nacionais de saúde com o intuito de conquistar um patamar igualitário e de respeito a toda a população feminina que conjuntando com os movimentos feministas desde 1919, possibilitando uma visão aprofundada sobre as limitações que eram fincadas ao perfil da mulher (PALHARINI; LUCAS, 2021).

Além disso, existe a necessidade de ressaltar a dominação do Estado e do capitalismo desde os séculos primordiais que esta contraposição à mulher

transformou em uma ferramenta exploratória e sexual, monopolização do corpo, a mente e o social. Assim provocando uma cadeia de postergação a emancipação feminina até os dias presentes (MONTEIRO; GRUBBA, 2017).

Ao discorrer a visão da sociedade que está em uma concepção de controle do corpo da mulher desde o nascimento até sua morte, e para todas as fases da vida tem um molde para que a moral seja elevada e preservada aos olhos do prejulamento da plateia que aprecia a desmoralização da imagem da mulher quando apresenta um comportamento masculinizado ou equivalente ao homem (NEVES; ALCÂNTARA, 2020).

Contrapondo ao cenário atual o perfil “feminino” sofreu decodificações em uma gama diversa de protestos, lutas, debates e até mortes que serviram de exemplo na transparência da imagem da mulher da antiga geração versus a nova geração, contudo o auxílio da mídia e as redes sociais têm contribuindo e maltratado a imagem de mulheres em momentos contraditórios de tomadas de decisões (PINTO; SANTOS; ALVES, 2019).

2.2 ABORTO: A TOMADA DE DECISÃO DA MULHER

Elucida-se que o abortamento é o termo utilizado, empregado nos meios médicos porém é constantemente definido:

Aborto é uma corruptela da palavra, de uso corrente, e a definição obstétrica do aborto é: a perda de uma gravidez antes que o embrião e o posterior feto (até à oitava semana denomina-se embrião, a partir da nona semana, feto) seja potencialmente capaz de vida independente da mãe (PRADO, 1986, p. 06).

Corroborar-se que a maternidade era visada como uma das funções principais do sujeito feminino, com finalidade apenas de procriar herdeiros para enriquecimento do nome da família e do marido. E em tempos atuais é possível visualizar uma dinamicidade na escolha em optar a maternidade ou não, de maneira coletiva ou solo, denominando o poder de escolha propriamente a mulher (VIEIRA, 2021).

A romantização da maternidade é promulgada nos valores sociais e morais da sociedade atual, definindo a mulher optar a maternidade por subfunção do sujeito feminino em procriar (pois a finalidade da natureza feminina é de ser mãe) e não ter

autonomia do seu corpo em recusar essa decisão em todo decorrer de suas ambições e anseios. Isso é visível em relações e laços familiares anteriores, parceiros que constam a necessidade de sintetizar uma família extensa (SANTOS; SOUZA, 2021).

De acordo com o DataSus os anos de 2008 a 2018, teve uma crescente de 5,7% de óbitos ocorridos de maneira clandestina no Brasil, delimitando-se uma porcentagem de mortalidade maior nas regiões Nordeste (73,8%), Norte (63,5%) e Sudeste (90,5%), sendo que 0,9% dos óbitos foram devidos a aborto por fundamentações médicas e os outros 12,5% com a falha tentativa de aborto, apartando a oportunidade em proteger a integridade desta mulher que se torna vulnerável em variáveis aspectos: estupro ou escolha própria que cabe somente a si (BRASIL, 2021).

No ano de 2010 a Pesquisa Nacional sobre o aborto trouxe dados quantitativos, nos quais, mais de uma em cinco mulheres já fizeram o aborto, e de 44 gravidezes 26 delas ocorreram aos 20 anos de idade com 12 casos de abortos, sendo mulheres de menores escolaridades e de idades dentro do período reprodutivo feminino. O quantitativo é referido a mulheres que não tem um parceiro fixo ou que apresentam relações instáveis com seus parceiros (CARDOSO; VIEIRA; SARACENI, 2020).

A apresentação dos dados acima decorre de uma realidade onde jovens de 20 a 39 anos que tem perfis socioeconômicos distantes, a escolha de realizar o aborto não resulta na segurança da saúde da mulher, principalmente sendo executado através de métodos ilegais e inseguros. Ressaltando a supremacia da implantação de políticas públicas de acolhimento a mulher (MENEZES, 2021).

Mesurar a clandestinidade do aborto torna em uma complexidade até para o acolhimento de algumas mulheres, resultando contrariedades em obter informações de suma importância no atendimento da paciente. A interpretação do profissional deve emoldurar-se diante de todas as limitações interpostas em toda a assistência ao cuidado da mulher, a estigma de um possível crime, contribui a paciente torna-se reclusa ao um possível acolhimento (BELIN; RIZZOTTO, 2021).

Coerir o aborto como uma prática segura demarcaria um salto na saúde pública brasileira que mesmo fora do contexto de uma realidade a ser alcançada dentro do próprio sistema básico de saúde, visando a propor o suporte que deveria

ser realizado, os óbitos maternos, a pobreza da aplicabilidade de uma educação sexual básica é gritante na sociedade brasileira atual (GOES, 2020).

O aborto é o tema abordado que é supracitado de maneira fragmentada sendo cercado pelos princípios da heteronomia que se baseia de o princípio ser sagrado e a superioridade humana sendo difundida através do ocidentalismo cristão, e isso está encrustado até mesmo dos próprios profissionais de saúde que repulsam e apresentam o caráter de prejulgamento a esse cenário e outros (eutanásia, clonagem) (SANTOS, 2019).

Divagar-se sobre o direito à vida intercorre anulando totalmente a vida da mulher trazendo a uma realidade onde os conceitos morais se convergiram juntamente aos argumentos científicos tornando uma guerra fria de intelectuais ignorantes que são saciados pela própria razão e ego. Menosprezando todas as fissuras que a mulher é acometida (BARBIERI; PILATI, 2018).

Em nosso próprio país, é um exemplo sólido de limitação do poder de escolha da mulher em suas tomadas de decisões, optar em aderir o aborto só caberia somente ao corpo, mas envolve toda a estrutura de um ser-humano feminino que permuta por prezar seu bem-estar, e o almejar desta ideologia por assim dizer é desmoralizada por conceitos arcaicos e errôneos (SOUZA; PRIEBE; BARRETO, 2020).

2.3 A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO A MULHER

Imensuravelmente a dimensão das consequências pela ausência de educação em saúde básica acarretam fatores somatórios na vida adulta, lesionando toda estrutura física, sexual e mental do indivíduo. A necessidade de um planejamento estratégico voltado a educação sexual é uma das problemáticas que sintetizam a mulher brasileira recorrer práticas que a coloca em situação de risco eminente (DOMINGUES, 2020).

O enfoque de debater sobre educação sexual juntamente ao aborto circunda e amedronta as ideologias, os valores, os princípios e a moral do indivíduo, descartando de maneira abrupta todos os índices crescentes de gravidezes precoces na adolescência, aumento de infecções sexualmente transmissíveis (IST'S), e evidentemente coincidindo com o número de abortos clandestinos. (LINS-KUSTERER; LINS; VASCONCELOS, 2019).

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem como um dos seus princípios a Integralidade para todos os usuários, em decorrências atuais é possível resgatar uma imagem deturbada dos profissionais de saúde ao executar o acolhimento no pós- aborto da mulher, evidenciando a precariedade da acessibilidade e da atenção doada do profissional ao paciente (NASCIMENTO, 2019).

Porém a explanação do cuidado e da assistência é relativa ao todo corpo de uma equipe não cabendo somente ao profissional de psicologia por exemplificação, é necessário a doação por todos os profissionais por essa paciente, pois não são somente as metodologias tecnicistas e assistenciais de cuidado que irão compreender todo processo histórico da vida da paciente demandando uma assistência transversal (SANTOS, 2020).

Deveras que a necessidade da ampliação de ações estratégicas para as práticas sexuais seguras para jovens e adolescentes ainda é vaga, pois há ainda profissionais que concretizam ideais retrógados e discriminativos com o público mais novo. Dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) temos a Atenção Básica como o pilar para solidificar estratégias voltadas ao acolhimento em todas as intercorrências (MAIA, 2021).

Considerando todas ações e programas já existentes que são voltados para saúde da mulher, é possível dar o destaque ao PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) que foi criado em 1983 com a finalidade do atendimento à saúde reprodutiva feminina que contemplava todas as fases da vida da mulher, incluindo a assistência pré-natal e as IST'S, trazendo uma nova perspectiva real da importância em salientar a saúde da mulher (CONCEIÇÃO; GONÇALVES, 2019).

Diante disso o profissional de saúde deve-se capacitar com protocolos para orientar a paciente, objetivando-se em estabelecer uma educação em saúde consistente ao discorrer sobre a necessidade de um planejamento familiar a paciente e sintetizando uma correlação ao executar o acolhimento desta mulher, a prática do acolhimento for maximizado para entender o espaço do sofrimento da paciente (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2019).

2.4 LEGISLAÇÃO: COMO ATUA?

Dentre as legislações brasileiras que compõem a Constituição, houve uma estruturação no período Vargas na qual constitui-se em estabelecer valores

familiares diretamente ao homem em sua individualidade, ocorrendo uma discriminação com um embasamento de “naturalidade biológica” e padrões estabelecidos e estereotipados junto a retratação no Código Civil Brasileiro de 1916 no ano de 2002 (BENICIO; PAULA, 2022).

Agostinho et. al (2022) explica que a motivação que sucede a todas essas interferências é o próprio Estado com sua democratização e o “jeitinho brasileiro” de adequar conforme os padrões de uma religião específica, mesmo o Brasil sendo considerado um estado laico. Somente na década dos anos 90, foi integralizado programa (PAISM) voltado para somente a Saúde da Mulher.

Sarmiento (2016) traz a reafirmação que o princípio da autonomia da mulher e seus direitos deveria ter sido contextualizada há anos atrás:

A dignidade da pessoa humana envolve o reconhecimento do direito à autonomia das pessoas. A autonomia consiste no direito dos indivíduos de fazerem as suas escolhas de vida e de agirem de acordo com elas (autonomia privada), bem como de participarem da formação da vontade coletiva da sua comunidade política (autonomia pública). A premissa básica, em ambos os casos, é a de que as pessoas devem ser tratadas como agentes, capazes de tomar decisões e com o direito de fazê-lo. (SARMENTO, 2016, p. 328).

A legislação brasileira tem a finalidade de atuar como direcionadora ou realocadora de valores no sistema em sociedade, impondo atitudes que compõe a moral e a ética do cidadão, porém isso é concretizado apenas para as classes do alto escalão e não para regiões remotizadas do país, como o Norte e o Nordeste que sempre apresentaram os maiores índices de mortes-maternas desde 2018 (MARTINS, 2022).

De acordo com PNA (Pesquisa Nacional de Aborto), de 2018 até 2021 entre cinco brasileiras, três até os 45 anos já teve ou realizou um aborto, com ocorrências em faixas etárias de 11 a 19 anos (32%), de 20 a 29 anos (29,5%), e em torno de 84% dessas mulheres são de alguma religião específica: católica ou evangélica, sendo casadas (83%), sem contabilizar as mortes de mulheres da realizações de abortos por médicos em clínicas clandestinas que seria equivalente a população feminina, negra, baixa renda e jovem (LIMA PINTO, 2022).

Atualmente o direito reprodutivo e sexual pode ser restringido ou limitado para as mulheres, pois conforme o Código Penal, a interrupção da gravidez somente ocorre em casos onde houve risco para mulher ou em caso de estupro. Somente em 2012 que foi acrescentado a optar, em casos de anencefalia ou morte do feto comprovada, além dos fatores externos que favorecem a polêmica “abortiva como a mídia (RODRIGUES, 2022).

O fator relevante nesse estudo é a demonstração da superficialidade do tratamento para com a paciente em um contexto geral, demonstrando que os profissionais desses discursos observam o tema de uma forma como não fosse uma problemática interna no sistema de saúde, e sim com um comodismo incrustado atrás de um possível acolhimento de pacientes no local (VELLEDA; OLIVEIRA; CASARIN, 2022).

No gerenciamento desses questionamentos, os mesmos são embasados através de demandas e ementas pré-estabelecidas pela própria governabilidade que rege o Sistema de Saúde (SUS), o profissional é posto para acolher e não posicionar pois isso pode definir seu piso salarial ou perca do próprio emprego. Demonstrando a grande inferiorização do profissional de Enfermagem dentro da sua própria atuação (MOURA REZENDE; DITTRICH, 2022).

A problematização da temática levantada remete-se ao um cenário que é amplamente aterrorizado dos profissionais as mulheres em si, demonstrando que a perpetuação desse assunto atravessa inúmeras gerações e fases da moral humana em sociedade, sendo ainda mais abrangente em solo brasileiro, no qual os casos processuais jurídicos não apresentam iniciativas (MORAES SILVA, 2022).

Em uma visão na vertente da bioética, a argumentação é verbalizada em conceitos distantes da Saúde da Mulher dentro das instituições hospitalares, os participantes da pesquisa apresentaram posicionamentos opostos e bem distantes da questão supracitada, a própria mulher. Anulando todo o perfil holístico e empático que a Enfermagem acompanha no juramento que o profissional realiza quando se forma (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2019).

A contextualização dessa falácia atual subdivide as classes sociais ainda mais, principalmente quando a polemização do aborto tornou-se pauta midiática nas redes sociais, nos dias atuais de forma de posicionamento contra valores conservadores, menosprezando a real figura principal que é a própria mulher que não tem acessibilidade a um serviço de saúde fidedigno, e em contrapartida

posicionando o profissional de Enfermagem em um “quebra-cabeça” sem fim (SANT’ANNA; DEUS CEZATI; PIMENTEL, 2021).

Exemplificando, o estudo apresentado tem a relevância dos profissionais com o sentimento de desconforto e incômodo no supracitar do assunto pautado através das perguntas, demonstrando um aspecto de espanto e repulsa. Idealizando um vislumbre do desejo do profissional que tal interferência nunca ocorra em seu plantão ou que nunca necessite designar demandas para solucionar tal problemática atual (SCALZER, 2022).

Santos et.al (2021) nos explica que dentro da composição da Enfermagem, o profissional tem a plena autonomia em estabelecer uma linha de cuidado no acolhimento do seu paciente, com enfoque de oferecer o espaço necessário para que o mesmo possa se sentir confortável em expor sua queixa. Através das posições dos entrevistados é possível uma observância do receio de alguns profissionais em acolher pacientes na conjuntura do abortamento.

Juntamente a biopolítica atual é requerido uma estruturação enfraquecida por conceitos que são majoritários dentro da sociedade e acima de todas classes sociais presentes. Evidentemente há uma efervescência em autenticar opiniões por meio da tecnologia e redes sociais, usando tais meios como forma de transparecer a indignação da população sobre tal resolutiva a se debater, principalmente sobre as atitudes de profissionais na área da saúde (RODRIGUES; KAMIMURA; OLIVEIRA, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

3.1.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de um estudo desenvolvido através de uma pesquisa de campo tendo como método o levantamento de *survey* e abordagem quali-quantitativa. A coleta trouxe como objetivo a aplicação de um questionário auto-administrado que foi correlacionado com as vivências dos profissionais frente ao paciente em processo de aborto.

O campo de pesquisa que foi escolhido é uma instituição obstétrica localizada num município da região do Vale do Jamari em Rondônia, no norte do Brasil que apresenta uma elevada demanda 76% de atendimentos ao parto normal conforme o DataSus. A instituição oferece a proposta de acolhimento somado ao fator humanização do parto normal, juntamente a tecnologias não invasivas para alívio da dor junto ao auxílio de outros instrumentos não farmacológicos, além de fornecer o atendimento diante todas as fases assistenciais, junto ao acompanhamento da equipe multiprofissional.

3.1.2 Da coleta e análise de dados

Compete-se na coleta de dados a aplicação de um questionário com 13 perguntas sendo 05 perguntas objetivas em Resposta Única (RU) e 08 perguntas em Resposta Aberta (RA) de natureza exploratória que induz ao entrevistado preestabelecer sua opinião (APÊNDICE I) ao tema a ser discorrido. A aplicação do questionário sucedeu de forma presencial.

O procedimento de coleta ocorreu através da pesquisadora que compareceu na unidade obstétrica presencialmente com todos os profissionais para explanação da pesquisa fazendo-se os direcionamentos necessários e devidamente apresentados no relatório de pesquisa que foram devidamente analisados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA.

Sendo que foi submetido o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), e posteriormente a aplicação do questionário, com duração prevista de 40 minutos.

Após a aplicação do questionário em si, a pesquisadora executou a análise dos dados por meio de estatística descritiva na Software Microsoft Excel para a organização de dados recolhidos, e em contrapartida foi também utilizado a seleção de 57 literaturas especificadas em bases de dados científicos como: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (Enfermagem) (BVS), Biblioteca Digital da USP, plataformas de ampla indexação online de revistas científicas em saúde, e realizou o comparativos dos dados coletados com as literaturas que foram pré-selecionadas.

3.1.3 População

Delimita-se que o público escolhido foram 24 profissionais de enfermagem da instituição obstétrica, sendo 16 enfermeiros e 08 técnicos em enfermagem, que atuante 02 enfermeiros por escala (matutina, vespertina e noturna) sendo de ambos os sexos.

3.1.4 Critérios de inclusão

- Profissionais da área de enfermagem sendo de ambos os sexos;
- Profissionais de qualquer faixa etária;
- Aceitar participar do estudo conforme os termos do TCLE;

3.1.5 Critérios de exclusão

- Profissionais que se situam em licença, atestado ou férias;
- Recusar-se a assinar ao TCLE;

3.1.6 Objeto de estudo

Profissionais de enfermagem que vivenciaram experiências com os pacientes em processo de aborto.

3.1.7 Descritores em saúde

Saúde pública; Saúde da mulher; Saúde reprodutiva;

3.1.8 Garantias éticas

A pesquisa foi realizada somente após aprovação do projeto por meio do parecer consubstanciado de número CAAE: 57315922.0.0000.5601 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA. A proteção dos dados dos participantes foi respaldada nos princípios da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Além disso, cada participante obteve-se total liberdade para recusar-se a responder o questionário de pesquisa, tendo a máxima garantia ética preconizada pela Resolução 466/12/CNS.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa teve a participação de 24 (100%) profissionais que correspondem o local de pesquisa, entretanto teve por alcance de entrevistados de 12 (50%) participantes (enfermeiros e técnicos em enfermagem) que propuseram a aceitar participação na pesquisa, elencando que os participantes atenderam aos critérios de inclusão e exclusão propostos no estudo.

Ressalta-se que 04 (20%) dos profissionais recusaram-se participar da pesquisa por causa de tempo, e outros recusaram por motivações religiosas através da apresentação da pesquisa, os entrevistados estavam cientes sobre a finalidade da execução do processo da entrevista. Além de 08 (30%) dos profissionais que não estavam escalados no mês no qual a pesquisa foi aplicada.

Tabela 01 – Perfil dos profissionais de Enfermagem entrevistados

| Variáveis | N |
|---------------------------|----------|
| Idade | |
| 31 - 40 anos | 02 |
| 41 - 50 anos | 07 |
| 50 anos ou mais | 03 |
| Sexo | |
| Feminino | 10 |
| Masculino | 02 |
| Estado Civil | |
| Solteiro | 02 |
| Casado | 04 |
| Moram Juntos | 03 |
| Divorciado | 03 |
| Religião | |
| Católico | 05 |
| Evangélico | 06 |
| Sem religião, ou outra? | 01 |
| Tempo de profissão | |
| Até 05 anos | 01 |
| 05 anos a 10 anos | 01 |
| 10 anos a 15 anos | 10 |

Fonte: Autoria própria. (2022).

O público participante da pesquisa foi de profissionais da área da enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem), com a menor idade de 38 anos e maior idade de 61 anos, com a média de idade de 47,4 anos. Os participantes que constituem exclusivamente da pesquisa são (98%) do sexo feminino e (2%) do sexo masculino.

Verificamos que (90%) dos entrevistados tinha como tempo de experiência de 10 a 15 anos, além de ressaltar que tem mais anos a serem acrescentados, outros (5%) afirmaram que tinha apenas 5 a 10 anos de experiência, e (5%) alegaram até 05 anos de experiência dentro da área da enfermagem obstetrícia.

Destacam-se nesse grupo pesquisado que dos 12 (doze) participantes do estudo presente, (60%) participantes alegaram que são evangélicos sendo (30%) afirmaram seu estado civil como casados, (20%) moram junto com o cônjuge, e apenas (10%) são divorciados. E sendo (50%) católicos, na qual (30%) são casados e apenas (20%) são solteiros.

4.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS

Monteiro et. al (2020) elucida que a área da obstetrícia sempre requer um número maior de profissionais para o atendimento à saúde da mulher, o perfil do profissional deve ser dotado principalmente pela experiência no puerpério e os cuidados ao recém-nascido. Os dados coletados interrelacionam-se com a fala do autor pois as literaturas apresentam que a faixa etária necessária dos profissionais para as instituições devem ser 35 anos a 63 anos de idade por profissional.

Dentro do cenário da saúde da mulher em um contexto geral, a enfermagem tem uma crescente pertinente de profissionais que ocupam faixas etárias eloquentes (31 a 68 anos), que por muitas vezes chocam-se com a vivência das gerações que ainda atuam, demonstrando a ausência da troca do conhecimento para assuntos iminentes como o processo de abortamento (LEMOS; PINHEIRO; OHARA, 2021).

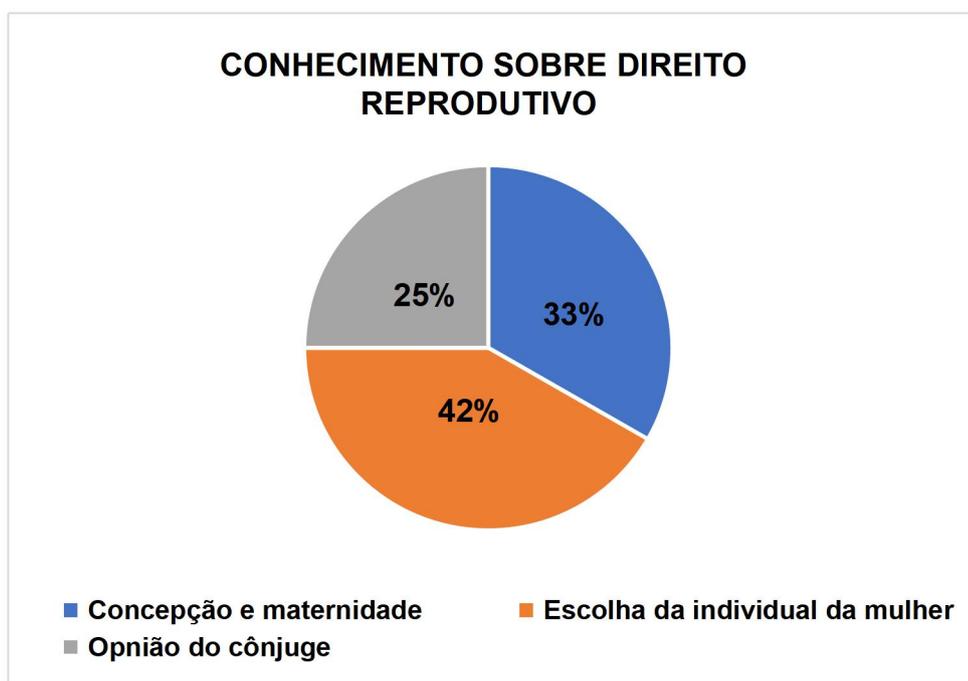
Em contrapartida do estudo apresentando, a enfermagem como profissão atuante já apresentou apenas um perfil feminino do cuidado, sintetizando uma imagem que a profissão era cabível apenas a mulheres e não a homens. Nos meados do século XIX (antes do período Nightingaleano) a enfermagem ainda não era considerada como ciência era praticada por duquesas e freiras que praticavam a caridade em cuidar de desabrigados (SILVA; MACEDO; VAL, 2021).

O surgimento do perfil masculino foi somente apresentado na enfermagem em anos mais tarde, na década dos anos 80, quando o Governo e a classe médica enxergaram a problemática do cuidado naquele tempo, pois até o momento histórico homens eram designados para serem os “provedores da casa” ou eram preparados para tornarem-se soldados de guerra, marinheiros e entre outros (ANDRADE; MONTEIRO; RODRIGUES, 2022).

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A execução da entrevista foi perpassada de forma anônima, os participantes serão identificados como “E0” ao “E12”, tendo em vista que todas as entrevistas foram transcritas pelos profissionais do local. O questionário tem por finalidade respostas abertas pelos participantes, baseado em suas vivências no local da pesquisa e tempo na profissão, ressalta-se que as respostas não obtiveram alteração alguma, sendo coletadas conforme a fala do entrevistado, portanto, é possível encontrar erros ortográficos ou de concordância verbal.

Categoria 01 - Conhecimento sobre direito reprodutivo



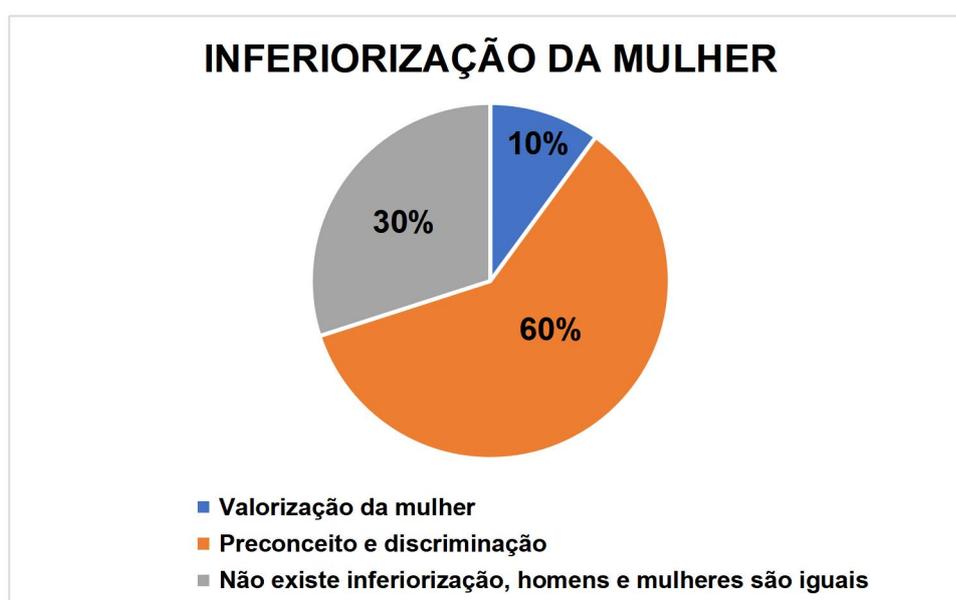
Fonte: Autoria própria. (2022).

Ao questionamento voltado ao conhecimento sobre o direito reprodutivo, é possível ter um vislumbre que ambos os participantes “E01”, “E06”, “E10” afirmaram que eram casados com seu cônjuge, reafirmando a ideologia que a estruturação do direito da mulher é voltada somente a maternidade e a concepção.

Na percepção dos profissionais, a maternidade é intrínseca para a própria mulher sem o espaço de ter outra opção que favoreça o estado mental da mesma, apresentando uma romantização envolta da idealização da maternidade. Demonstrando que os profissionais estão limitados a favorecer uma enfermagem mecanizada e rotativa, que apenas cumpre o cronograma interposto para equipe (ALCANTARA, 2022).

De certo a integralidade da estruturação da assistência em Enfermagem em instituições demonstra o excesso de profissionais que se apresentam em um estado acomodativo com sua rotina e manutenção do seu emprego, pois descredibiliza possíveis mudanças que possam favorecer sua profissão em si. A exemplificação mais explícita é a política de acolhimento aos pacientes (AGUIAR; VIEIRA; DOMENICO, 2021).

Categoria 02 - Inferiorização da mulher



Fonte: Autoria própria. (2022).

É notável que o questionamento acima traz a fala do enfermeiro em sua atuação ao atendimento a uma mulher em processo de abortamento e sua forma de tratamento. Os participantes que remetem essa fala, alegaram serem evangélicos e apenas 01 (um) confirmou não ter religião alguma, demonstrando que seu caráter e moral são embasados em conceitos religiosos e não científicos, tendo a imagem da mulher é inferiorizada através de dogmas e leis pelos próprios profissionais.

O somatório desses aspectos é pontuado através do mito do “amor materno” que toda mulher deve desenvolver ao decorrer em algum momento da sua vida, independentemente de sua classe, raça, religião, influência matrimonial ou familiar. Gerando uma gama de responsabilidade e pressão social no amadurecimento precoce da mulher desde criança (ÁVILA MOREIRA; OLIVEIRA, 2020).

Jesus et.al (2020) afirma que, é visível a expressão “igualitária” nas quais as consequências que podem ocorrer são meramente recíprocas, o que acontece para o ser masculino acontece em medidas iguais para o sexo feminino, mas infelizmente não ocorre dessa maneira tão simplória. A inferioridade entre os sexos ocorre em unidades hospitalares seguindo uma hierarquia na qual muitas vezes regida apenas pela figura masculina.

Tais lacunas podem ser facilmente interligadas ao famoso Planejamento Familiar brasileiro, que infelizmente é elencado através de condições financeiras e relações pessoais e afetivas. Os efeitos catastróficos aglomeram-se permanentemente na mulher, que por sua obrigatoriedade tem que cumprir seu dever em sociedade: o gerar sem pestanejar (MIRANDA BRANDALISE, 2022).

É necessária uma reparação profunda, histórica e cultural sobre a responsabilidade de uma gestação indesejada ou da interrupção da mesma, não cabendo mais o julgamento ainda existente somente a a figura feminina, e sendo equivalente a exclusão de discursos que discorrem sobre a finalidade da composição do corpo feminino e sua finalidade (OLIVEIRA SANTOS; RAMOS DOS SANTOS, 2022).



Fonte: Autoria própria. (2022).

Imprescindivelmente nesse questionamento, é perceptível o contraste entre as respostas dos profissionais, o “E01” e o “E06” apresentaram-se como profissionais mais experientes comparados ao “E02” e o “E10”, demonstrando a incompatibilidade entre os profissionais de enfermagem em discernir o conhecimento científico entre os próprios colegas de trabalho, sintetizando cenários de falta do profissionalismo com o paciente.

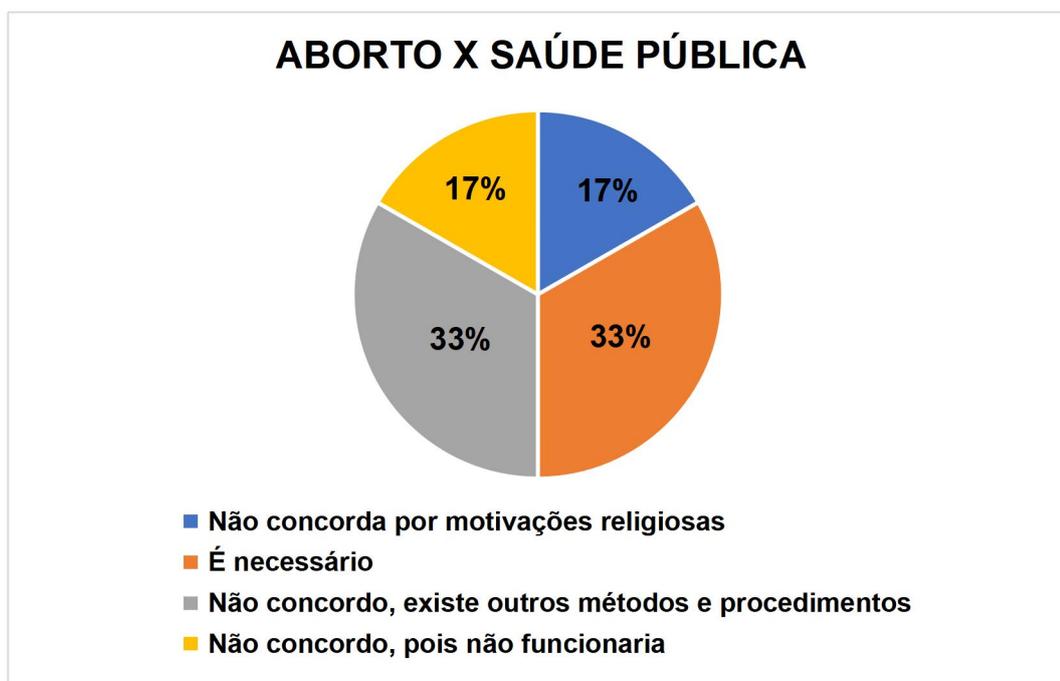
A definição de “aborto” pode ser descrita cientificamente como a expulsão do feto de finalidade induzida ou espontânea antes da 12ª semana de gestação, e também pode ser reconsiderado essa caracterização pois houve atualizações sobre a contextualização do aborto, como os fatores interacionados a genética (COSTA; MENDONÇA, 2022).

A princípio o cenário de abortamento a enfermagem pode ser automaticamente imposta a situação arriscada e muitas imposições por todas partes, que envolve do acolhimento da paciente até ida paciente para casa. Em todas as instituições podem ser apresentados um sistema hierárquico onde a atividade de atendimento técnico-operacional é exclusivamente do profissional de medicina (SANTOS; FONSCECA, 2022).

Certamente o profissionalismo da enfermagem deve ser expandido e não limitado, o profissional está com o livre-arbítrio em estabelecer práticas e ações que tragam resolutivas positivas para sua equipe e seu espaço de trabalho e principalmente para a própria paciente que está debilitada e que necessita de um

conforto real para amenizar sua dor ou culpa (MENEZES MINCOV; SOUZA FREIRE; LAGE MORAES, 2022).

Categoria 04 - Aborto x Saúde Pública



Fonte: Autoria própria. (2022).

O questionamento sobre a implantação do aborto na saúde pública foi um ponto importantíssimo para pesquisa, visando avaliar a forma que eles enxergariam o avanço de novas metodologias para a saúde da mulher. Porém as falas dos participantes estão incrustadas novamente em preceitos sociais e religiosos que foram sintetizados dentro da própria sociedade, demonstrando que há uma convergência entre os valores pessoais e o perfil do profissional como atuante em cenários como esses.

Os entrevistados do questionamento no Gráfico 04 apontaram posicionamentos que se baseiam na cultura da localidade onde residem, e a observância da sintetização de novas demandas que retire o profissional de seu cronograma rotineiro e padronizado, traz insatisfação e incômodo para alguns profissionais que se acomodaram no quesito que capacitações e qualificação em sua área de atuação que é o atendimento assistencial da mulher.

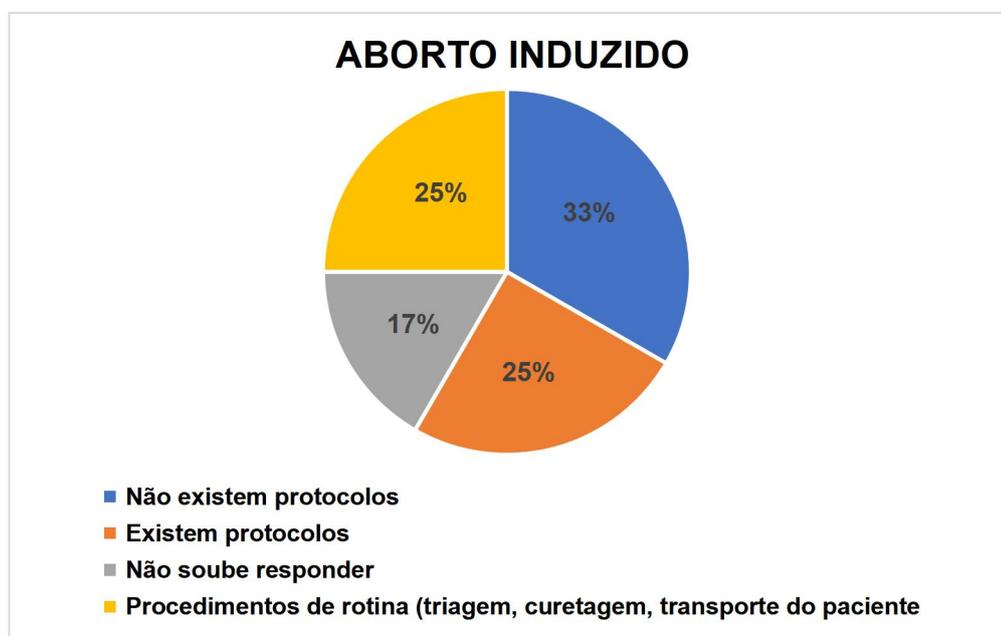
Em contraposição apenas os profissionais “E02 e E10” trouxeram falas dentro do contexto esperado, exemplificando que o respaldo de políticas públicas é

necessário até mesmo para equipe de obstetrícia no momento de dar assistência a mulher, tendo o enfoque do profissional somente a saúde da mulher e sua tomada de decisão a todo momento. Tais falácias demonstram o perfil desses profissionais que avaliam o “processo de abortamento” como um fator polêmico.

Além do fator cultural e religioso, elencando que há necessidades urgentes a pacientes mulheres que precisam ser resolvidas através de novas políticas públicas com o enfoque no aumento das possibilidades de melhorias nos atendimentos dos profissionais e que realmente dar um espaço para mulher se expressar em sua própria autonomia nesse tipo de cenário (VELLEDA; OLIVEIRA; CASARIN, 2022).

Inquestionavelmente a composição do cenário do “abortamento” não é diferente somente por ser localidades eloquentes ou distantes, a qualidade da assistência tem a necessidade gritante de ser mais ativa e incisiva no acolhimento de jovens e mulheres tanto para prestar cuidados da saúde mental e física, cumprindo realmente o papel da Enfermagem (OLIVEIRA; SILVA; OLIVEIRA SILVA, 2022).

Categoria 05 - Aborto induzido



Fonte: Autoria própria. (2022).

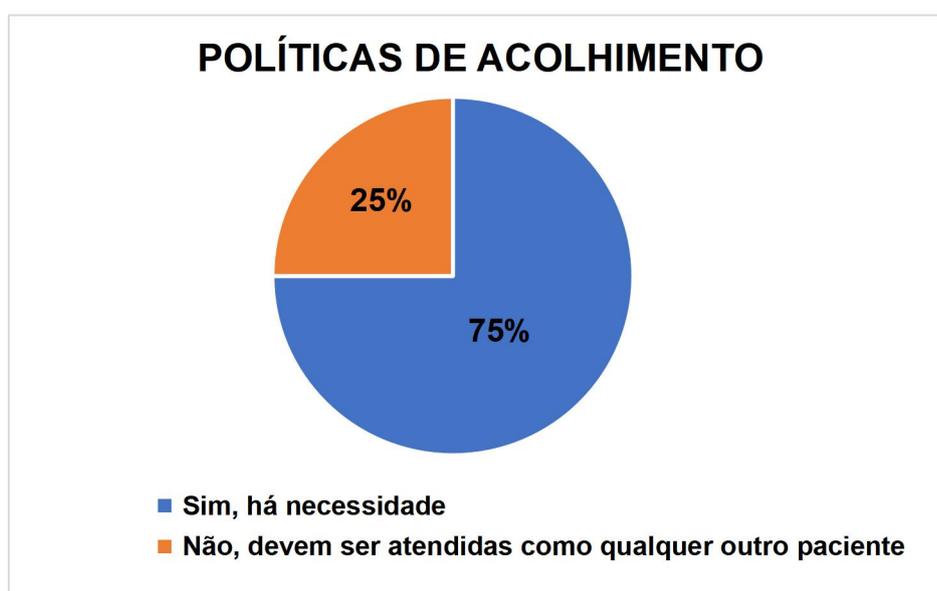
O discorrer das falas acima reafirma que os próprios profissionais não têm nenhum suporte metodológico vindo da própria instituição ou de finalidade governamental, ou nem idealiza a necessidade de ter um no local de trabalho que é

voltado para técnicas e práticas fundamentadas como o acolhimento. Demonstrando que a ideologia que os participantes apresentaram tem por finalidade de uma questão cultural e social.

Soares et al. (2021) nos diz que, dentro do cenário da obstetrícia, temos o vislumbre do nascimento e da chegada, e não é apresentado aos profissionais a parte obscura desse cenário, como pacientes que apresentam transtornos mentais recorrentes a maternidade, questões sociais que envolvem a paciente, a escolha, a sociedade e como o profissional de enfermagem posiciona-se diante de todos esses critérios que são recorrentes do cotidiano brasileiro.

Ferreira Júnior et. al (2020) acrescenta que muitos episódios recorrentes do cotidiano, onde observa-se que a Enfermagem ainda se limita em uma metodologia técnica-assistencial e colocando por muitas vezes de lado o cuidado como pessoa-indivíduo do paciente. Principalmente em uma temática que envolve conceitos de valores éticos, morais e subjulgais na concepção tanto humana (pessoal) e profissional (enfermeiro).

Categoria 06 - Políticas de acolhimento



Fonte: Autoria própria. (2022).

No questionamento realizado pela autora traz posicionamentos contraditórios dos profissionais os quais, defendem as políticas estabelecidas da própria instituição, os profissionais “E06” e “E08” estratificam claramente sobre irrelevância no

atendimento e no uso de políticas de acolhimento dentro das instituições de saúde. Vislumbrando que os profissionais apresentam perfis tecnicistas e não assistenciais na Saúde da Mulher.

Do entrevistados, 10 (dez) demonstraram indignação por cogitar uma possível implantação de políticas públicas que respaldassem a prática do aborto na unidade e somente 02 (dois) profissionais concordaram com a hipótese pois ambos concordaram que traria melhorias nas metodologias de acolhimento na instituição hospitalar para o tratamento tanto de adolescentes e mulheres em quadro de abortamento.

Santos et al. (2022) elucida que o país como o Brasil tem um dos sistemas de saúde que é exemplo no mundo, porém, é somente uma superficialidade para realidade da mulher brasileira pobre, a política de acolhimento desde os tempos primórdios do país foram resignados somente para a maternidade e toda sua conjugação atrelando-se a rotina do profissional em seu cotidiano.

Categoria 07 - Acolhimento do profissional



Fonte: Aatoria própria. (2022).

Em observância é possível avaliar que os participantes seguem o cumprimento do caráter obrigatório da instituição, o acolhimento. Deveras que o ato da humanização e do acolhimento são características descritivas da própria enfermagem em si, trazendo ao profissional a contrariedade da sua atuação no

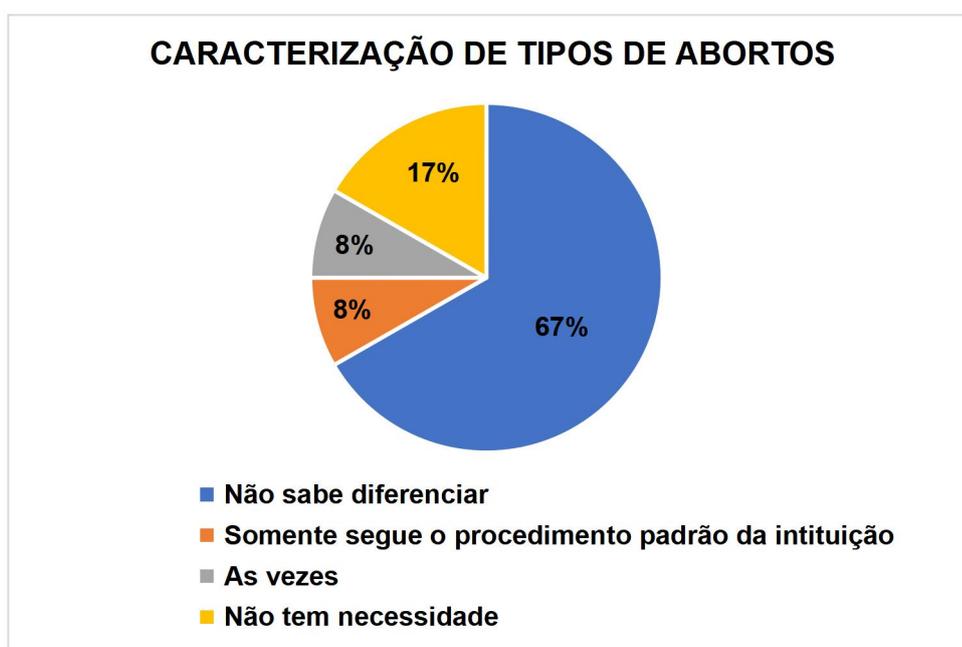
acolhimento, levantando questionamentos como: “o que é acolher?”, “o que é escutar”, “o que é oferecer assistência?”.

A estratificação de pacientes no local demonstra claramente que não há protocolos essenciais para a recepção de pacientes em processo de abortamento (sendo induzido ou não). Teorizando que o “acolhimento” executado por esses profissionais é somente recepcionar a paciente e encaminhar para equipe médica, anulando o papel da equipe de enfermagem.

As demandas estabelecidas em uma instituição são descritivas e meramente são efetivadas por supervisores e diretores das instituições, deixando o profissional literalmente perdido no âmbito de capacitações e melhorias de espaço para o acolhimento de pacientes mulheres, e em localidade que é específica no cuidado a Saúde da Mulher em todos seus aspectos (MENDONÇA MAIA; PÉRET, 2022).

Outrossim os períodos endêmicos e pandêmicos trouxeram um vislumbre da verdadeira força motriz da Enfermagem: o acolhimento. É necessário observar a forma que os profissionais acalentaram inúmeras famílias e entes que eram desconhecidos que não tiveram a possibilidade de uma despedida digna, e ressaltando a constante resiliência entre os próprios profissionais (MODESTO, 2022).

Categoria 08 - Caracterização de tipos de abortos



Fonte: Autoria própria. (2022).

A pesquisa foi compactuada na observância das opiniões dos profissionais em sua atuação no atendimento, é necessário a ênfase nas falas no questionamento supracitado, onde os entrevistados demonstram uma posição superficial e esquiva em relação a desenvolver um sentimento de acolhimento e empatia pelas pacientes que são admitidas na instituição.

Em todo ato de receber um paciente em uma unidade ou instituição cabe a enfermagem coagir no mapeamento do perfil do paciente, sintetizando um espaço na qual o paciente se sinta cuidado e protegido, e não em um ambiente onde favorece uma pressão ainda maior no seu sofrimento psicofísico. Tais aspectos são advindos da organização da equipe da unidade juntamente com o profissional de enfermagem.

Os discursos dos profissionais atenuaram-se em uma problemática recorrente a inúmeras instituições que oferecem o serviço obstétrico, o aperfeiçoamento do profissional na área em que ele atua. A avaliação desse contexto abre lacunas nas quais a concepção da equipe de enfermagem está totalmente deturpada, por motivações como ausência de capacitações e qualificações, para dar suporte ao sistema geral de saúde dentro da instituição.

Em contraste de tais aspectos, a constatação da sintetização de levantamentos e de novos estudos que acrescenta no arcabouço científico da própria comunidade, o aborto é uma discussão de saúde pública que não apresentam serviços suficientes para trazer uma resolutiva favorável para o profissional e principalmente para a mulher (CÉU SÁ; NABAIS, 2020).

De fato, é apresentado uma escassez no sistema de ensino para a capacitação de acadêmicos e profissionais atuantes, pois existe uma limitação de estudos sobre a atuação da enfermagem em frente ao abortamento. Dessa forma as próprias instituições de saúde estabelecem e remodelam o profissional de saúde da forma que se adeque a estruturação do atendimento da assistência já pré-estabelecida por superiores e supervisores (SOUZA; BATISTA, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou todos cenários possíveis para relevância da imagem da mulher e seus direitos no olhar dos profissionais, demonstrando que, todos os aspectos pontuam a necessidade da equipe de Enfermagem em ampliar sua visão sobre uma problemática dentro da saúde pública brasileira. Deveras que a temática em si traz questionamentos que envolvem a moral do profissional.

A promoção da saúde a mulher é escassa quando se refere a suas escolhas e decisões, acarretando uma carga que é incrustada culturalmente na figura feminina em resolver tudo, porque é papel dela. Em observância a isso, o papel do enfermeiro é posto como de “coadjuvante” e não de líder do cuidado, onde a ciência do cuidado daria espaço a essas mulheres com o intuito em reduzir esses pesos.

No século atual, é notável a oclusão ainda em paradigmas como o espaço dentro da política e a desigualdade de salários entre os sexos, favorecendo ao esquecimento da sintetização de políticas públicas urgentes, os dados apresentados demonstraram a precariedade na assistência entre a própria Enfermagem dentro das unidades básicas de saúde e seus anexos.

O cenário do abortamento é uma cortina transparente que é formada através de uma estigmatização que é embasada em nuances como: religião, política, classe e gênero, sem a inclusão de feminismo ou ideologias. A razão em prol disso é a realidade brasileira, referindo-se as mulheres que estão “em baixo”, obtêm empatia e sororidade através de um cenário sofrido de uma desconhecida aos olhos do telespectador que assiste atrás das cortinas.

Logo o trabalho desenvolvido trouxe um ressalte através dos resultados, aplicando a importância da enfermagem em aspectos urgentes como o aborto, demonstrando que esta profissão é necessária em níveis longitudinais, atravessando até muitas constituições e leis pré-estabelecidas por uma governabilidade enfraquecida e controlada em impor uma imagem idealizada do sistema de saúde brasileiro.

Portanto, a resolutiva de tais questionamentos serão severamente levantados através da conscientização do profissional e de seus superiores, pois o conhecimento é transformado advindo da sintetização de trabalhos, estudos e pesquisas que proporcionam aos profissionais oportunidades em demonstrar que a Enfermagem pode e deve ser transformadora em todas as minorias possíveis.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Amanda et al. Mulher em situação de abortamento: um olhar de uma equipe de enfermagem. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 9, p. e10790-e10790, 2022. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/10790>. Acesso em: 14 out. 2022.

AGUIAR, Katiúscia Larsen de Abreu; VIEIRA, Maria Aparecida; DOMENICO, Edvane Birelo Lopes de. Avaliação de egressos de cursos de graduação em enfermagem: estudo brasileiro multicêntrico. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/HdYZXcMdVXkb4s4z8bjYgkK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

ALCANTARA, Patricia Pereira Tavares et al. Maternidade romantizada: Expectativas do papel social feminino pós-concepção. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 96, n. 40, 2022. Disponível

em:<http://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/1508>. Acesso em: 20 nov. 2022.

AMARAL FILHO, Eduardo Ferreira do; BASTOS, Natalia Alberoni; FRAVOLINE, Gigliane de Azevedo Machado. A Autonomia da Mulher Contemporânea e as Novas Configurações de Relacionamentos. **Revista Transformar**, v. 15, n. 2, p. 33-52, 2022. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2022. Disponível

em:<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/629>. Acesso em: 20. nov. 2022.

ANDRADE, Cristiane Batista; MONTEIRO, Inês; RODRIGUES, Natália Ramos. Trabalho de cuidado, gênero e violências: estudo com técnicos/as de enfermagem. **Cadernos Saúde Coletiva**, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/BZvBKm68KNcGmHf6WbmB7hw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2022.

ÁVILA MOREIRA, Maria Regina; OLIVEIRA, Ingrid de Cássia Souza de. Aborto, objeção de consciência e bioética feminista: Estratégias para efetivação do direito à interrupção legal da gestação. **Revista Gênero**, v. 21, n. 1, p. 139-166, 2020.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46921>. Acesso em: 09 out. 2022.

BARBIERI, Daniel; PILATI, Ronaldo. Julgamento moral do aborto: influência da atitude prévia, princípios deontológicos e utilitaristas. **Psico-USF**, v. 23, p. 527-537, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusf/a/3rKJJgBtG9ZCjhyqbT6CVYy/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRAGA, Rafaela Castro; ASSIS MIRANDA, Luiz Henrique de; VERÍSSIMO, Janaina de Paula Costa. Para além da maternidade: as configurações do desejo na mulher contemporânea. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**,

v. 3, n. 6, p. 523-540, 2018. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15994>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos maternos – Datasus**. 2021. Disponível em:
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/mat10uf.def>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BELIN, Luciane Leopoldo; RIZZOTTO, Carla Candida. Menos Estigma, Pouco Aprofundamento: Uma Análise de Enquadramento Noticioso sobre o Direito ao Aborto. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 1, p. 159-187, 2021. Disponível em:
https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27609. Acesso em: 20 nov. 2021.

BENICIO, Karen da Rocha Silva; DE PAULA, Fernando Shimidt. Stealthing e a impossibilidade jurídica do aborto. **Revista do Curso de Direito**, v. 17, n. 17, p. 133-150. 2022. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD/article/view/1037130>. Acesso em: 11 out. 2022.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/?format=html&lang=pt..>
Acesso em: 17 nov. 2021.

CÉU SÁ, Maria do; NABAIS, Ana Sofia. Que importância atribuem os estudantes de enfermagem às novas tecnologias. **New Trends in Qualitative Research**, v. 2, p. 283-296, 2020. Disponível em:
<https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/97>. Acesso em: 20 out. 2022.

CONCEIÇÃO, Rayne da Conceição; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. O direito à saúde, à efetividade do serviço e à qualidade no acesso às políticas públicas de atenção à saúde da mulher. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 4, p. 119-142, 2019. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/199>. Acesso em: 17 nov. 2021.

COSTA, Isabella Baptista; MENDONÇA, Marcos Antônio. Aborto como questão de saúde pública: epidemiologia nacional dos óbitos por aborto de 2008 a 2018. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 6, p. 240-251, 2022. Disponível em:
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5826>. Acesso em: 10 out. 2022.

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira et al. Aborto inseguro no Brasil: revisão sistemática da produção científica, 2008-2018. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/Vz5bVgLTWS54g4KLXDynSqf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2021.

DURAND, Michelle Kuntz. et al. Autonomia das mulheres frente a situações de violência. **Research, Society And Development**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e5410413746, 2021. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13746>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FERREIRA JÚNIOR, Antonio Rodrigues et al. Potencialidades e limitações da atuação do enfermeiro no Centro Parto Normal. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/3qqTn8j7RGWnG4BMkF9s3kw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.

FERREIRA, Filipe Martins; OLIVEIRA, Conrado Pável. O movimento feminista e a crise da masculinidade: reflexões a partir da psicologia política. **Cadernos de Psicologia**, v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2510>. Acesso em: 17 nov. 2021.

FOCHI, Graciela Márcia; ZIRBEL, Ilze. Patriarcado e sujeição das mulheres. **Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania**, v. 4, n. 6, p. 56-74, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/frontracidania/article/view/5342>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GOES, Emanuelle Freitas et al. Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00189618, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36suppl1/e00189618/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

JESUS, Carolina Antunes et al. Estereótipos de gênero e seus impactos na psique humana. **Revista Científica Sophia**, v. 1, n. 1, p. 70-87, 2020. Disponível em: <http://ojs.avantis.edu.br/index.php/sophia/article/view/83>. Acesso em: 20 nov. 2022.

JESUS PORTO, Murilo de; ALMEIDA, David Jesus. Revisão integrativa sobre a importância da Educação em Saúde no aperfeiçoamento dos profissionais de enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e6499109147-e6499109147, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9147>. Acesso em: 21 out. 2022.

LIMA PINTO, Simã Catarina de. Corpos femininos sob controle: A criminalização do aborto no Brasil. **Revista Gênero**, v. 22, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/48247/31394>. Acesso em: 10 out. 2022.

LINS-KUSTERER, Liliane; LINS, Matheus; VASCONCELOS, Camila. Aborto: atenção humanizada e aspectos legais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, v. 21, n. 2, p. 40-50, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/29078>. Acesso em: 17 nov. 2021.

LEMOS, Sara Souza; PINHEIRO, Alba Lúcia Santos; OHARA, David. Estresse ocupacional em profissionais de enfermagem em um hospital no interior do sul da Bahia-Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 6, p. e10207-e10207, 2022. Disponível em: <https://18.231.186.255/index.php/saude/issue/view/265>. Acesso em: 19 jun. 2022.

MACEDO, Adriana Amorim Soares; SOUZA, Inês Leoneza de. Contribuições do enfermeiro junto segurança pública: Enfermagem na abordagem forense. **Revista Científica de Enfermagem-RECIEN**, v. 11, n. 35, 2021. Disponível em: <http://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/464>. Acesso em: 21 out. 2022.

MAIA, Melanie Noël. Oferta de aborto legal na atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 16, n. 43, p. 2727-2727, 2021. Disponível em: <https://www.rbmfcc.org.br/rbmfc/article/view/2727>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MARTINS, Kamyla Heleny Titara. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. **Revista Informação em Cultura**, v. 4, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/9981>. Acesso em: 12 out. 2022.

MENDONÇA JÚNIOR, Francisco Carlos Guerra. A Mulher Heroína em combate ao patriarcado em Moçambique. **Revista Estudos Feministas**, [s. l], v. 29, n. 2, p. 23, 21 out. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/69909>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MENDONÇA MAIA, Maria Clara; PÉRET, Letícia. O atendimento ao aborto legal enquanto política pública: Avanços, impasses e retrocessos no Brasil. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506**, v. 19, n. ESPECIAL, p. 131-156, 2022. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/issue/view/140>. Acesso em: 11 out. 2022.

MENEZES, Greice et al. Aborto e saúde no Brasil: desafios para a pesquisa sobre o tema em um contexto de ilegalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00197918, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36suppl1/e00197918/pt/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MENEZES MINCOV, Bruna; SOUZA FREIRE, Márcia Helena de; LAGE MORAES, Suellen da Rocha. A enfermagem na assistência às mulheres em situação de perda fetal e aborto: Revisão integrativa. **Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE**, v. 16, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/253023>. Acesso em: 21 out. 2022.

MIRANDA BRANDALISE, Giulianna. A contribuição do precedente norte-americano roe v. Wade para a análise econômica da legalização do aborto no Brasil. **Revista Direito, Economia e Globalização**, v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: <http://revistadedireito.catolicasc.org.br/index.php/revistadedireito/article/view/28>. Acesso em: 12 out. 2022.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017. Disponível em <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/563>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MONTEIRO, Alessandra Sousa et al. Prática de enfermeiros obstetras na assistência ao parto humanizado em maternidade de alto risco. **Rev Rene**, v. 21, p. 40, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8081454>. Acesso em: 19 jun. 2022.

MOURA REZENDE, Giovanna Franche; DITTRICH, Alexandre. Argumentos sobre a descriminalização do aborto no Brasil sob a ótica da análise de consequências. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, p. 247-270, 2022. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/850>. Acesso em: 11 out. 2022.

MORAES SILVA, Diogo. Entre as “ditaduras” do patriarcado e do feminismo: seguindo controvérsias em torno da discussão do aborto na 31ª Bienal de São Paulo. **Políticas Culturais em Revista**, v. 15, n. 1, p. 367-395, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/47380>. Acesso em: 12 out. 2022.

NASCIMENTO, Lílian et al. Percepção de mulheres em situação de aborto em relação ao atendimento dos profissionais de enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFJF**, v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/enfermagem/article/view/27179>. Acesso em: 17 nov. 2021.

NEVES, Bruna de Almeida; ALCÂNTARA, Guilherme Gonçalves. Implicações da criminalização do aborto no Brasil frente aos direitos sexuais e reprodutivos: Um olhar sobre a autonomia da mulher. **Humanidade & Inovações**, v. 7, n. 19, p. 359-369, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3766>. Acesso em: 17 nov. 2021.

OLIVEIRA, Gabriel Hudson; QUEIROZ, Jéssyca Café. Práticas de enfermagem frente a mulher que realiza aborto ilegal. **Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos**, 2019. Disponível em <https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/283>. Acesso em: 17 nov. 2021.

OLIVEIRA SANTANA, Grazielle de; RAMOS DOS SANTOS, Arlete. Desafios do feminismo em tempos sombrios de conservadorismo de políticas públicas. In: **Congresso Internacional e Congresso Nacional Movimentos Sociais & Educação**. v. 1, n. 1 (2021). Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/view/9986>. Acesso em: 11 out. 2022.

OLIVEIRA, Bárbara Leticia Souza de; SILVA, Adriana Oliveira da; OLIVEIRA SILVA, Nilton Neto de. Atuação do enfermeiro na saúde da mulher. **Revista Coleta Científica**, v. 6, n. 11, p. 28-35, 2022. Disponível em: Acesso em: 22 out. 2022.

PALHARINI, Ana Luiza Mai; LUCAS, Doglas Cesar. A inserção da mulher no campo político: entre conquistas e desafios. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/21444/1192613218>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PRADO, Danda. **O QUE É ABORTO?**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 126 p. (Coleção Primeiros Passos).

PINTO, Keyla Bessa; SANTOS, Trielle Tricia Sousa; ALVES, Gessica Nascimento. Aborto provocado: a vulnerabilidade das mulheres diante da violência sexual. In: **Congresso Internacional de Enfermagem**. 2019. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/cie/article/view/11469>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PORTELA, Yeda Maria Aguiar; FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Violência contra a mulher sob o olhar das políticas públicas, políticas educacionais e de gênero. **Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE)**, v. 1, n. 1, p. e202103-e202103, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/revnupe/article/view/12277>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ROCHA, Andressa Kelly Pinheiro. **O campo psicanalítico e os seus impasses com o desejo do sujeito mulher**. 2020. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Tccs de Graduação em Psicologia do Campus do Bacanga, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2020. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/4286>. Acesso em: 20 nov. 2021.

RODRIGUES, Tenner Aires; KAMIMURA, Quésia Postigo; OLIVEIRA, Adriana Leônidas de. Legalização do aborto no Brasil: pleno exercício dos direitos humanos da mulher—impacto no desenvolvimento regional. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 31414-31437, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/27190>. Acesso em: 11 out. 2022.

RODRIGUES, Alessandra Paula Baldner. Aborto como violência mimética por René Girard. **Isagoge-Journal of Humanities and Social Sciences**, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://www.telosjournals.com.br/ojs/index.php/isa/article/view/106>. Acesso em: 12 out. 2022.

RUIBAL, Alba. A controvérsia constitucional do aborto no Brasil: Inovação na interação entre movimento social e Supremo Tribunal Federal. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 1166-1187, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/bYnPL7nMpYNmzL5wBRnNVpC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 376 p. ISBN 978-85-450-0130-0.

SANT'ANNA, Nathália Silva Sobreira; DEUS CEZATI, Monica Paula de; PIMENTEL, Soraya Cunha Rangel. O papel do enfermeiro como protagonista no cenário da prevenção do aborto clandestino. **Cadernos Camilliani e-ISSN: 2594-9640**, v. 16, n. 4, p. 1577-1592, 2021. Disponível em: <http://www.saocamilo-es.br/revista/index.php/cadernoscamilliani/article/view/330> Acesso em: 12 out. 2022.

SANTOS, Amanda Monteiro et al. Cuidados de enfermagem à mulher em situação de abortamento no Brasil: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e207111335454-e207111335454, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35454>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SANTOS, Danyelle Leonette Araújo dos; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Necessidades em saúde de mulheres vítimas de violência sexual na busca pelo aborto legal. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/WfhmRpSZSpssgwbzhHyJNjt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTOS, Josiane Andrade et al. A percepção da equipe de enfermagem sobre o cuidado à mulher em situação de abortamento: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 10, p. e557-e557, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/557>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTOS JÚNIOR, Wilson Carvalho dos. ABORTO LEGAL X ILEGAL: TIRAR UMA VIDA PARA SALVAR OUTRA LICITUDE OU ILICITUDE. **Revista Processus Multidisciplinar**, v. 2, n. 4, p. 1111-1131, 2021. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/590>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SANTOS, Elisângela Campos et al. A Descriminalização do Aborto como Política Pública de Saúde. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/8741>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTOS, Raydani Rocha; SOUZA, Martha Coelho. Mulheres trabalhadoras, aborto e serviço social. **Universitas**, n. 29, 2021. Disponível em: <http://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/view/480>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SANTOS, Thaís Edna Rodrigues et al. Práticas de enfermagem í s mulheres que vivenciaram aborto: revisão integrativa. **Nursing (São Paulo)**, v. 24, n. 272, p. 5198-5209, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1119>. Acesso em: 13 out. 2022.

SCALZER, Kennia. Proibição do aborto no Brasil e suas implicações. **Intrépido: Iniciação Científica**, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.famig.edu.br/index.php/intrepido/article/view/225>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Gláucio Bernardino; MACEDO, Jose Walter Rocha; VAL, Luciane Ferreira do. Curso de bacharelado em enfermagem: egressos do sexo masculino (2004 a 2017). **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 52337-52346, 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/30360/23886>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SOARES, Alanna Nunes et al. O trabalho de luto e o trabalho com o luto: percepção de estagiários de enfermagem sobre a morte e o morrer junto a pacientes hospitalizados. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e7710212023-e7710212023, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12023>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SOUZA, Thaís Barbosa de; BATISTA, Rogério Costa. A necessidade das práticas didáticas de ensino para o profissional de enfermagem. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 3, p. 979-987, 2022. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/4671>. Acesso em: 23 out. 2022.

SOUZA, Bianca Mara Guedes de; OTTONI, Maria Aparecida Resende. Uma análise discursiva crítica da representação das mulheres e do aborto na Revista Azmina. **Ilha do Desterro A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies**, v. 75, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/86237>. Acesso em: 11 out. 2022.

SOUZA, Natália Freitas; PRIEBE, Amanda Ayres; BARRETO, Camila Nunes. Avanços e retrocessos da legislação brasileira relacionada a descriminalização do aborto. **Revista da Mostra de Iniciação Científica e Extensão**, v. 6, n. 1, 2020. Disponível em: <https://ulbracds.com.br/index.php/rmic/article/view/2991>. Acesso em: 25 nov. 2021.

VELLEDA, Kimberly Larroque; OLIVEIRA, Stefanie Griebeler; CASARIN, Sidnéia Tessmer. O aborto provocado e seus estigmas: uma problematização foucaultiana em enfermagem. **Cadernos Pagu**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/qPbpXNJMQGz96DPQt3rCmpF/abstract/?lang=pt> Acesso em: 11 out. 2022.

VIEIRA, Lorena Tassara Quirino et al. O aborto sobre a perspectiva bioética. **Revista Bioética Cremego**, v. 3, n. 1, p. 27-30, 2021. Disponível em: <https://rbc.emnuvens.com.br/cremego/article/view/48>. Acesso em: 16 nov. 2021.

APÊNDICE I - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Questionário referente à pesquisa: “ABORTO: DIREITO REPRODUTIVO E AUTONOMIA DA MULHER SOBRE A PERSPECTIVA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA LEGAL.”

PERFIL:

1) Idade: _____

2) Sexo:

() Feminino

() Masculino

3) Estado Civil:

() Solteiro

() Casado

() Moram juntos

() Divorciado

() Viúvo

() Outro. Qual? _____

4) Religião:

() Católico

() Espírita

() Evangélico

() Protestante

() Outro. Qual? _____

() Sem religião

5) Tempo de Profissão:

() até 5 anos

() 5 a 10 anos

() 10 a 15 anos

ENTREVISTA:

- 6)** O que você entende por direito reprodutivo?
- 7)** Você acredita que existe, em algum aspecto, a inferiorização da mulher por parte da sociedade? Justifique.
- 8)** O que você entende por aborto?
- 9)** Qual a sua opinião sobre, no futuro, o aborto ser um procedimento praticado nos serviços de saúde pública?
- 10)** Quais são os protocolos utilizados na unidade em casos de recepção de mulheres com aborto induzido?
- 11)** Como profissional de saúde, você acredita que há falta de políticas de acolhimento direcionadas para mulher que chega nas unidades de saúde em processo de abortamento?
- 12)** Quais são as abordagens utilizadas por você para o acolhimento da mulher em processo de abortamento?
- 13)** Sua conduta no acolhimento a uma mulher em processo de abortamento possui distinção ao saber se o aborto foi espontâneo ou induzido?

ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ABORTO: direito reprodutivo e autonomia da mulher sob a perspectiva da enfermagem num município da Amazônia Legal

Pesquisador: Jessica de Sousa Vale

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 57315922.0.0000.5601

Instituição Proponente: UNIDAS SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.346.605

Apresentação do Projeto:

O projeto tem como título: "ABORTO: direito reprodutivo e autonomia da mulher sobre a perspectiva da equipe de enfermagem num município da Amazônia legal". Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter explorativo-descritivo, que traz a temática do direito reprodutivo feminino e a percepção dos profissionais de enfermagem sobre o tema.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar a percepção da equipe da enfermagem sobre o aborto frente ao direito reprodutivo da mulher num município da Amazônia legal.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Risco apresentado "eventual desconforto ao responder as perguntas do instrumento de coleta de dados", e os Benefícios apresentados estão de acordo com as diretrizes vigentes para a pesquisa com seres humanos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Apresenta uma temática de pesquisa relevante e atual, que é a percepção do aborto e do direito reprodutivo de mulheres por enfermeiros e técnicos de enfermagem em unidade de saúde voltada para a assistência ao parto normal. Um estudo interessante por trazer a importância da atuação destes profissionais no acolhimento de mulheres e o possível contraste que pode aparecer nos resultados da pesquisa devido à especificidade da unidade em que trabalham. A metodologia é

Endereço: Avenida Machadinho, nº 4.346, Setor 06, Sala 3.8 do Bloco C

Bairro: SETOR 06

CEP: 76.873-630

UF: RO

Município: ARIQUEMES

Telefone: (69)3536-6600

Fax: (69)3536-6203

E-mail: faema@unifaema.edu.br



Continuação do Parecer: 5.346.605

adequada aos objetivos do trabalho, e o questionário traz perguntas muito importantes para o desenvolvimento do estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos estão apresentados conforme as diretrizes para a pesquisa com seres humanos.

Recomendações:

Por se tratar de um estudo muito relevante, sugiro rever a introdução, pois ela ficou em tom de revisão temática, não deixando claro para o leitor do que se trata a pesquisa. Sugiro também rever a justificativa do trabalho, "demonstrar a complexidade da coação do profissional diante a ausência de políticas públicas para a saúde da mulher diante sua escolha". No texto da hipótese não há nenhuma hipótese levantada, também sugiro rever este tópico.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O trabalho não possui nenhuma pendência ou itens inadequados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|-----------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1911995.pdf | 29/03/2022 12:43:02 | | Aceito |
| Outros | INSTRUMENTO_COLETA_DE_DADOS.pdf | 29/03/2022 12:42:16 | Jessica de Sousa Vale | Aceito |
| Outros | ANUENCIA.pdf | 29/03/2022 12:42:03 | Jessica de Sousa Vale | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | TERMO_COMPROMISSO.pdf | 29/03/2022 12:40:39 | Jessica de Sousa Vale | Aceito |
| Orçamento | ORCAMENTO.pdf | 29/03/2022 12:40:22 | Jessica de Sousa Vale | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 29/03/2022 12:39:10 | Jessica de Sousa Vale | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TERMO_TCLE.pdf | 29/03/2022 12:39:00 | Jessica de Sousa Vale | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO_PESQUISA_DETALHADO.pdf | 29/03/2022 12:38:46 | Jessica de Sousa Vale | Aceito |
| Folha de Rosto | FOLHA_DE_ROSTO.pdf | 29/03/2022 | Jessica de Sousa | Aceito |

Endereço: Avenida Machado, nº 4.346, Setor 06, Sala 3.8 do Bloco C
Bairro: SETOR 06 **CEP:** 76.873-630
UF: RO **Município:** ARIQUEMES
Telefone: (69)3536-6600 **Fax:** (69)3536-6203 **E-mail:** faema@unifaema.edu.br



Continuação do Parecer: 5.346.605

| | | | | |
|----------------|--------------------|----------|------|--------|
| Folha de Rosto | FOLHA_DE_ROSTO.pdf | 12:38:29 | Vale | Aceito |
|----------------|--------------------|----------|------|--------|

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARIQUEMES, 12 de Abril de 2022

Assinado por:

Vera Lúcia Matias Gomes Geron
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Machadinho, nº 4.346, Setor 06, Sala 3.8 do Bloco C
Bairro: SETOR 06 **CEP:** 76.873-630
UF: RO **Município:** ARIQUEMES
Telefone: (69)3536-6600 **Fax:** (69)3536-6203 **E-mail:** faema@unifaema.edu.br

ANEXO II - RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO



DISCENTE: Thaislaine Marques da Silva

CURSO: Enfermagem

DATA DE ANÁLISE: 16.11.2022

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **1,43%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet ⚠

Suspeitas confirmadas: **1,24%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados ⚠

Texto analisado: **92,99%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.8.5
quarta-feira, 16 de novembro de 2022 17:56

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho da discente **THAISLÂINE MARQUES DA SILVA**, n. de matrícula **27335**, do curso de Enfermagem, foi aprovado na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 1,43%. Devendo a aluna fazer as correções necessárias.

(assinado eletronicamente)
HERTA MARIA DE AÇUCENA DO N. SOEIRO
Bibliotecária CRB 1114/11
Biblioteca Central Júlio Bordignon
Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA

Assinado digitalmente por: Herta Maria
de Açucena do Nascimento Soeiro
Razão: Faculdade de Educação e Meio
Ambiente - FAEMA